



remaea

## A educação ambiental crítica e os povos tradicionais: uma análise nas atas do encontro pesquisa em educação ambiental (EPEA) de 2001 até 2019

Pablo Fernandes Rêgo Nóra<sup>1</sup>

Universidade Federal do Paraná – UFPR

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6650-5535>

Kalana Lariane da Silva<sup>2</sup>

Universidade Federal do Paraná – UFPR

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2137-7582>

Dieison Prestes da Silveira<sup>3</sup>

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8446-4157>

Leandro Siqueira Palcha<sup>4</sup>

Universidade Federal do Paraná – UFPR

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7455-0329>

**Resumo:** A Educação Ambiental Crítica é essencial na abordagem de questões contemporâneas. Este estudo analisa, nas atas do Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA) de 2001 a 2019, a relação entre Educação Ambiental Crítica e os povos tradicionais. Objetiva-se levantar pesquisas, apresentar concepções, e apontar desafios. A metodologia adotada é uma pesquisa do 'estado da arte', identificando cinco trabalhos relevantes. Os critérios de seleção incluem termos como 'Educação Ambiental Crítica' e 'Povos tradicionais'. A

---

<sup>1</sup> Estudante do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Zoologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduado (Bacharel e Licenciatura) em Ciências Biológicas. E-mail: [pablofernandeux@gmail.com](mailto:pablofernandeux@gmail.com)

<sup>2</sup> Estudante do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Entomologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada (Bacharel e Licenciatura) em Ciências Biológicas (UFPR). E-mail: [kahlariane@gmail.com](mailto:kahlariane@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em Educação em Ciências e em Matemática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Professor Adjunto do Departamento de Metodologia da Educação (DME) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: [dieisonprestes@gmail.com](mailto:dieisonprestes@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Departamento de Teoria e Prática de Ensino (DTPEN) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPR. E-mail: [leandropalcha@ufpr.br](mailto:leandropalcha@ufpr.br)

análise envolve descritores como ano, autores, instituições, regiões, nível de ensino, e Análise de Conteúdo para títulos, objetivos, metodologias e resultados. O estudo destaca uma lacuna nas pesquisas sobre Educação Ambiental Crítica e povos tradicionais, indicando a necessidade de mais investigações nesta área.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental Crítica, Povos Tradicionais, Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA).

### **Educación ambiental crítica y los pueblos tradicionales: un análisis en las actas del encuentro de investigación en educación ambiental (epea) de 2001 a 2019**

**Resumen:** La Educación Ambiental Crítica es esencial para abordar los problemas contemporáneos. Este estudio examina la relación entre la Educación Ambiental Crítica y los pueblos tradicionales en los trabajos presentados en el Encuentro de Investigación en Educación Ambiental (EPEA) desde 2001 hasta 2019. Los objetivos incluyen realizar un estudio de la investigación relevante, presentar marcos conceptuales e identificar desafíos. La metodología emplea un enfoque de 'estado del arte', seleccionando cinco trabajos pertinentes de entre 898 presentados en el EPEA. El análisis abarca descriptores como año, autores, instituciones, regiones, niveles educativos y Análisis de Contenido de títulos, objetivos, metodologías y resultados. El estudio destaca una brecha en la investigación sobre Educación Ambiental Crítica y pueblos tradicionales, enfatizando la necesidad de investigaciones adicionales. También revela conexiones entre la Educación Ambiental Crítica y problemas epistemológicos como 'Vivir Bien', marxismo y estudios con comunidades tradicionales.

**Palabras-clave:** Educación Ambiental Crítica, Pueblos Tradicionales, Encuentro de Investigación en Educación Ambiental (EPEA).

### **Critical environmental education and traditional peoples: an analysis in the proceedings of the environmental education research meeting (EPEA) from 2001 to 2019**

**Abstract:** Critical Environmental Education is crucial in addressing contemporary issues. This study examines the relationship between Critical Environmental Education and traditional peoples in papers from the Environmental Education Research Meeting (EPEA) spanning 2001 to 2019. Objectives include surveying relevant research, presenting conceptual frameworks, and identifying challenges. The methodology employs a 'state of the art' approach, selecting five pertinent works from 898 EPEA papers. Analysis covers descriptors such as year, authors, institutions, regions, education levels, and Content Analysis of titles, objectives, methodologies, and results. The study underscores a research gap on Critical Environmental Education and traditional peoples, emphasizing the need for further investigation. It also reveals connections between Critical Environmental Education and epistemological issues like 'Vivir Bien,' Marxism, and studies with traditional communities.

**Keywords:** Critical Environmental Education, Traditional Communities, Environmental Education Research Meeting (EPEA).

### **Introdução**

Ao se tratar da historicidade da Educação Ambiental, pode-se dizer que o século XX foi marcado por reflexões acerca do meio ambiente e os limites que o ser humano poderia estabelecer para (re)pensar a qualidade de vida no planeta, as desigualdades sociais, o capitalismo, a desvalorização de saberes e, principalmente, a importância da vida humana. “A Educação Ambiental, compreendida como uma dimensão das políticas públicas teve uma

crescente evolução nos últimos vinte anos no Estado brasileiro” (Vieira; Torales-Campos, 2021, p. 249).

Desde o lançamento de "Primavera Silenciosa" por Rachel Carson nos anos 1960, a atenção mundial voltou-se para o uso irresponsável de defensivos agrícolas nos Estados Unidos e suas consequências na saúde pública (Dias, 1991). Esses produtos, conhecidos como agrotóxicos, incluem herbicidas, inseticidas e fungicidas. Segundo a OMS, aproximadamente 100 mil pessoas sofrem intoxicação anualmente, com uma taxa de mortalidade de 0,4 a 1,9% (Hassaan; El Nemr, 2020).

O livro de Carson marcou o início de movimentos ambientalistas, provocando debates sobre a expansão populacional e a necessidade de limitar o crescimento econômico para combater a degradação ambiental. No entanto, críticas surgiram, especialmente de economistas, devido ao impacto no modelo capitalista (Dias, 1991).

Nas décadas seguintes, diversas reuniões e conferências abordaram a inter-relação entre seres humanos, natureza, cultura, política, economia e saúde. A primeira ocorreu em 1965, na Conferência de Keele, sugerindo a inclusão de temas ambientais na educação (Dias, 1991).

A Conferência de Estocolmo em 1972 reuniu representantes de 113 países para discutir as consequências ambientais do desenvolvimento global, destacando divergências entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (Dias, 1991).

A Rio 92, no Rio de Janeiro, focou em conciliar conservação dos ecossistemas e desenvolvimento socioeconômico. Representantes de 178 Estados-Nação discutiram desenvolvimento sustentável e um modelo econômico equilibrado. A conferência ressaltou a responsabilidade dos países desenvolvidos pelos danos ambientais e a necessidade de apoio financeiro e tecnológico aos países em desenvolvimento (Frizzo; Carvalho, 2018).

Nas últimas décadas, observaram-se avanços e retrocessos nas políticas públicas de Educação Ambiental no contexto brasileiro, revelando intencionalidades específicas. Essa dinâmica suscita questionamentos sobre a relevância desse campo de estudo, destacando a necessidade de uma Educação Ambiental Crítica na contemporaneidade. Tal abordagem interconecta-se com as comunidades tradicionais, frequentemente excluídas e marginalizadas pela lógica capitalista.

Durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (2014-2016), iniciativas que integravam a Educação Ambiental aos currículos escolares e outros programas educacionais fortaleceram a ação educativa no Brasil (Frizzo; Carvalho, 2018). Contudo, o golpe parlamentar contra Rousseff resultou na anulação de diversas medidas, ocasionando significativos retrocessos nas políticas públicas. Isso incluiu a exclusão da Educação Ambiental como abordagem nas escolas, notadamente com a implementação do "Programa Novo Mais Educação", em substituição ao antigo "Programa Mais Educação" (Frizzo; Carvalho, 2018).

Este estudo é justificado pela necessidade de abordar a Educação Ambiental na contemporaneidade, com ênfase na abordagem "Crítica", que vai além de uma visão ingênua e positivista (Loureiro, 2006). Inclui os povos tradicionais para valorizar seus saberes, vivências e experiências, frequentemente excluídos da sociedade.

Além de seu caráter social, esta pesquisa tem um aspecto acadêmico-científico, comprometendo-se com a responsabilidade social, educacional, política, científica e formativa. O estudo busca trazer novos dados, especialmente ao explorar o Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), que, desde 2001, promove a troca de pesquisas entre Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil.

A Educação Ambiental Crítica neste estudo vai além da visão genérica, incluindo cultura, política, economia e desigualdades (Rodrigues; Guimarães, 2012). Considerando a biodiversidade brasileira, uma das mais ricas do mundo, destaca-se a importância da etnobiologia para aliar conhecimento acadêmico e tradicional, evitando o epistemicídio e valorizando saberes das comunidades tradicionais (Santos *et al.*, 2014).

A pesquisa tem como objetivo gerar novos dados sobre a implementação da Educação Ambiental Crítica no Brasil, destacando o papel das comunidades tradicionais não apenas para o meio ambiente, mas como parte integrante do processo histórico-social. Apesar do avanço nas políticas de Educação Ambiental desde os anos 1980, há sinais de retrocessos recentes, com a tendência de exclusão ou silenciamento desse campo (FRIZZO; Carvalho, 2018).

Diante dessa conjuntura, a educação segue a nova linha de governo, resultando na minimização e exclusão da Educação Ambiental dos programas educacionais (Frizzo;

Carvalho, 2018). Diante desse cenário negativista crescente nos últimos anos, torna-se necessário enfrentar essa oposição, fortalecendo iniciativas que beneficiam, implementam e aprimoram políticas públicas relacionadas à Educação Ambiental. Isso também implica na expansão dos estudos e de seus instrumentos (Vieira; Torlaes-Campos, 2021).

Nesse contexto, a presente pesquisa adota uma abordagem crítica e reflexiva, apontando caminhos, delineamentos e trajetórias no âmbito da Educação Ambiental e dos povos tradicionais, especialmente nas atas do Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA). A relevância dessa abordagem e do lócus investigativo levou à formulação da seguinte questão norteadora para o desenvolvimento da pesquisa: Quais elementos, concepções e delineamentos envolvendo a Educação Ambiental Crítica e os povos tradicionais estão presentes nas atas do Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), no período de 2001 até 2019?

Este estudo realiza um levantamento das pesquisas no Encontro Pesquisa em Educação Ambiental sobre Educação Ambiental Crítica e povos tradicionais de 2001 a 2019, fundamentado na etnobiologia. Apresenta elementos, concepções e delineamentos característicos dessas pesquisas, apontando desafios para contribuir com futuros trabalhos.

### **Percurso Metodológico**

Para a realização deste trabalho, a metodologia adotada pauta-se em um “estado da arte”. De acordo com Ferreira (2002), o estado da arte apresenta caráter bibliográfico, mapeando e discutindo alguma temática específica de diversos campos do conhecimento, visando conhecer quais as dimensões vêm sendo privilegiadas, bem como seus períodos e localidades. Além disso, tem um aspecto inventariante e descritivo de produções acadêmicas e científicas em relação a um assunto particular. O estado da arte ou estado do conhecimento são:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em

cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (Ferreira, 2002, p. 258).

Para este estudo, optou-se por realizar um estado da arte nas atas do Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), disponíveis em <http://www.epea.tmp.br/#apresentacao>, devido à relevância desse evento para o campo da Educação Ambiental. É importante destacar que o EPEA é um evento bianual que, desde 2001, tem contribuído para a socialização e divulgação de pesquisas relacionadas à Educação Ambiental. No contexto deste estudo, os "elementos", "concepções" e "delineamentos" mencionados nos objetivos referem-se a todos os dados abordados nos trabalhos analisados, visando fundamentar o conhecimento sobre Educação Ambiental Crítica em convergência com os povos tradicionais.

No período de 2001 a 2019, foram publicados um total de 898 trabalhos nas atas dos encontros bianuais. Para a seleção dos trabalhos, foi adotado o critério de analisar títulos e/ou palavras-chave que obrigatoriamente incluíssem os termos "Educação Ambiental Crítica" e, pelo menos, um dos seguintes termos: "Povos originários", "Campo", "Camponesa", "Comunidades costeiras", "Comunidades pesqueiras", "Povos tradicionais" ou "Povos tradicionais caiçaras". O Quadro 1 apresenta o ano de publicação, nome dos autores, título dos trabalhos e objetivos das pesquisas mapeadas.

**Quadro 1** - Trabalhos mapeados no EPEA que abordam a Educação Ambiental Crítica, conjuntamente aos Povos originários” e/ou “Campo” e/ou “Camponesa” e/ou “Comunidades costeiras” e/ou “Comunidades pesqueiras” e/ou “Povos tradicionais” e/ou “Povos tradicionais caiçaras”

Ano	Autor(es)	Título	Objetivo(s)
2011	Thiago D'Agosta Camargo; Sandro Tonso	Educação ambiental crítica e “vivir bien” (suma qamaña)	O presente artigo visa analisar o “Vivir Bien”, um princípio baseado nos valores dos povos originários andinos adotado na Constituição da

			Bolívia, a fim de estabelecer aproximações com a Educação Ambiental Crítica, pontuando elementos que possam subsidiar suas práticas educativas.
2013	Thiago D'Agosta Camargo; Sandro Tonso	Educação ambiental crítica e epistemologia do sul: reflexões sobre o “vivir bien” (suma qamaña)	O trabalho apresenta discussões visando à busca pela aproximação entre Educação Ambiental Crítica e o “Vivir Bien” (Suma Qamaña) a partir da discussão no âmbito conceitual inserindo-os no marco da Epistemologia do Sul.
2015	Denise Martins Bloise	A Dimensão Educativa do Trabalho em um Grupo de Agricultores Familiares de Base Camponesa	O presente estudo visa discorrer sobre a questão do trabalho, abordando sua dimensão educativa, sua conexão com a educação ambiental e estabelecendo um paralelo com o trabalho de um grupo de agricultores familiares de base camponesa, residentes na Região do Brejal, em Petrópolis, RJ.
2017	Sindiany Suelen Caduda dos Santos; Alessandra Magda dos Santos Souza; Maria do Socorro Ferreira da Silva; Hebert Ruan da Conceição Silva; Cyntia Sena Santos; Chirle Daniele da Corôa Almeida; Leandro Sacramento Santos; Franciele dos Santos Santana; Genésio José dos Santos; Carlos Frederico Bernardo Loureiro.	Educação ambiental crítica e conflitos socioambientais na área de abrangência do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras, Sergipe/Bahia	No artigo são analisados os conflitos socioambientais vivenciados por comunidades pesqueiras da área de abrangência do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), na bacia de Sergipe/Alagoas, como medida mitigadora dos impactos socioeconômicos exigida pelo licenciamento ambiental federal para a exploração e produção offshore de petróleo e gás.
2017	Vanessa Marcondes de Souza; Carlos Frederico Bernardo Loureiro	Povos tradicionais caiçaras e a demanda pela educação escolar: aproximações com a educação ambiental crítica	Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre a educação demandada pelos povos caiçaras com a educação ambiental (EA) crítica, trazendo parte dos resultados da pesquisa, concluída em 2017, relativos à revisão bibliográfica e às entrevistas realizadas com lideranças caiçaras.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Aqui é relevante ressaltar que esse número pode excluir trabalhos que apresentem potencialidades e/ou discutem a Educação Ambiental Crítica relacionada aos povos tradicionais. No entanto, como critério de seleção, priorizou-se pesquisas que já incluíam nos títulos e/ou palavras-chave os termos mencionados, considerando que esses elementos são indicativos dos temas abordados em cada pesquisa.

Para a análise do quantitativo de trabalhos selecionados, foram criados alguns descritores, como ano de publicação, autores, Instituição de Ensino Superior, título, palavras-chave, objetivo, metodologia, resultados, nível de ensino, objeto/sujeito da pesquisa e referências utilizadas nos trabalhos analisados.

Especificamente para analisar os títulos dos trabalhos, os objetivos, metodologias e resultados, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2016). Segundo a autora, a Análise de Conteúdo é uma metodologia que emprega um conjunto de instrumentos metodológicos para filtrar o conteúdo de interesse em diversos discursos (Bardin, 2016).

Bardin define a Análise de Conteúdo como uma metodologia quantitativa que examina numericamente a ocorrência de determinados termos e/ou conceitos em um determinado texto (Bardin, 2016). As unidades de registro, que formam a base da análise numérica, podem ser de diversas naturezas, como palavras, objetos, documentos, frases ou acontecimentos, dependendo da preferência do autor. Essa diversidade pode gerar alguma ambiguidade, pois os critérios de distinção dessas unidades variam de autor para autor. Em contrapartida, a Unidade de Contexto auxilia na compreensão da Unidade de Registro, pois pode ser vista como o complemento que confere significado a essa unidade em uma dimensão mais ampla. Dessa forma, a Unidade de Contexto pode ser a frase que dá sentido à Unidade de Registro, que, por sua vez, é a palavra (Bardin, 2016).

### **Apresentação dos resultados e discussão**

Dos 898 trabalhos presentes nas atas do EPEA de 2001 até 2019, apenas cinco atenderam aos critérios de seleção adotados nesta pesquisa. Esse número revela uma escassez de trabalhos que abordam a Educação Ambiental Crítica em conjunto dos termos específicos como "Povos originários", "Campo", "Camponesa", "Comunidades costeiras", "Comunidades pesqueiras", "Povos tradicionais" e/ou "Povos tradicionais caiçaras". Esses trabalhos representam apenas 1,79% do total de pesquisas publicadas nas 10 edições do evento. Com o intuito de fornecer uma visão quantitativa por edição e uma análise do total de trabalhos mapeados, a Tabela 1 foi elaborada.

**Tabela 1** – Relação de trabalhos publicados e utilizados neste estudo

<b>Ano de publicação</b>	<b>Total de trabalhos publicados no EPEA</b>	<b>Trabalhos mapeados</b>
2001	79	0
2003	72	0
2005	73	0
2007	87	0
2009	90	0
2011	88	1
2013	90	1
2015	108	1

---

2017	117	2
2019	94	0
<b>Total</b>	<b>898</b>	<b>5</b>

---

Fonte: Os autores (2023).

Os dados evidenciam uma escassez de debates sobre Educação Ambiental Crítica e povos tradicionais durante as edições do EPEA, como destacado neste mapeamento. Nas cinco primeiras edições do evento, nenhum trabalho se enquadrava nos critérios de seleção adotados nesta pesquisa. A partir de 2011, 2013, 2015 e 2017, surgiram alguns trabalhos, mas durante 2019, nenhum foi mapeado. Importante ressaltar que o critério utilizado pode excluir alguns trabalhos que abordam a Educação Ambiental Crítica e os povos tradicionais, mas não atendem aos critérios desta investigação.

Campos, Bevilaqua e Sánchez (2020) observam que a baixa quantidade de trabalhos sobre povos tradicionais pode ser atribuída à persistente cultura de reverenciar o que foi imposto e ensinado pelos colonizadores, ainda considerado como o único conhecimento válido. Isso se reflete nas pedagogias ambientais e na história do país, presentes em nossos currículos escolares. De maneira geral, o saber, a religião e a cultura dos povos e comunidades tradicionais não são reconhecidas e ensinadas nas escolas, tampouco são destacados os grandes líderes e impulsionadores de movimentos de lutas e resistências. Pode-se afirmar que:

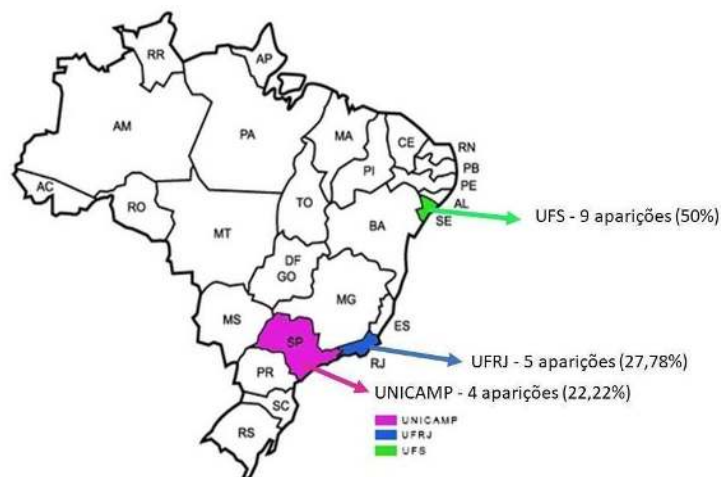
[...] colonialidade do saber, ou seja, o legado epistemológico do colonialismo, que sinaliza a visão colonizadora europeia como forma única de conhecimento válido, ignorando e subjugando toda forma de saber vinda dos povos tradicionais e comunidades colonizadas, que, mesmo depois de tornarem-se independentes, continuam a ser dominadas pela hierarquia social e pela racionalidade científica dos poderes coloniais europeus. Em particular as pedagogias ambientais já se deparam com os limites da natureza, com os limites mesmo da vida (Campos; Bevilaqua; Sánchez, 2020, p. 414).

Campos, Bevilaqua e Sánchez (2020) comentam, ainda, que a tradição inventada atua como um ciclo e estabelece uma relação constante com o passado colonial. De igual modo, os valores europeus são repetidos e não rompem com a ideia de colonizador e colonizado, dada a crítica da valorização do pensamento europeu como citado. Aqui cabe salientarmos que:

[...] a crítica à centralidade do pensamento europeu busca não somente superar a hierarquia de saberes, há tempos estabelecida, que mantém povos subalternizados como meros receptores e reprodutores daquele pensamento e cultura, como também se transforma em prática de resistência e de protagonismo desses povos na produção e divulgação de conhecimento e de aparato teórico-conceitual próprios (Campos; Bevilaqua; Sánchez, 2020, p. 414).

Em relação ao descritor “Instituição de Ensino Superior”, foi possível encontrar um total de três instituições brasileiras. Visando exemplificar as Universidades e as regiões brasileiras que publicaram suas pesquisas nas edições do EPEA, optou-se em construir a Figura 1.

**Figura 1** – Relação de trabalhos utilizados neste estudo por instituição



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O quantitativo de aparições descritos na Figura acima, insere as IES de cada autor, ou seja, há trabalhos com mais de um autor, portanto, mais de uma IES. Dos encontros promovidos pelo EPEA, as publicações que se enquadram neste trabalho englobam duas regiões brasileiras: sudeste e nordeste. Em relação à região sudeste, destaca-se a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da qual esteve presente nas edições de 2015 e 2017. Além desta, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) também realizou trabalhos que se inserem nos critérios definidos, aparecendo trabalhos nos anos de 2011 e 2013. Já em relação à região nordeste, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) desenvolveu um trabalho apresentado apenas na edição de 2015.

Quanto ao descritor 'Palavras-chave', identificou-se um total de 15 termos que abrangiam os trabalhos mapeados nesta pesquisa (Educação Ambiental Crítica, Povos originários andinos, Bolívia, Sustentabilidade, Conflitos socioambientais, Educação escolar, Comunidade pesqueira, Campo, Povos tradicionais e Trabalho). A palavra-chave mais frequente nos trabalhos foram 'Educação Ambiental Crítica', presente em três estudos, correspondendo a 20%. Em seguida, 'Povos originários andinos' e 'Bolívia' apareceram duas vezes cada, representando 13,34% cada uma. As demais palavras-chave foram mencionadas apenas uma vez, com uma proporção de 6,66% para cada uma delas.

De modo geral, pode-se dizer que as discussões dos trabalhos se centram na Educação Ambiental Crítica, bem como nos povos originários, povos tradicionais e comunidades pesqueiras. Ainda, discutem conflitos socioambientais, educação escolar e trabalho, sinalizando que as problemáticas presentes nas pesquisas envolvem grupos de pessoas com características e identidades que necessitam de um olhar epistemológico.

Em relação ao descritor “autor” foi observado um total de 18 autores, tendo destaque o Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro, com três produções. Já Thiago D’Agosta Camargo e Sandro Tonso são responsáveis por duas produções cada um.

Pode-se dizer que o Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro atualmente vem debatendo políticas públicas voltadas à Educação Ambiental e atua na Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1995. Salienta-se que o autor é considerado um dos principais pesquisadores que discute a Educação Ambiental Crítica no contexto brasileiro, pois ao final da década de 1980, começo dos anos 1990 ele e outros pesquisadores começaram a utilizar o termo “crítica” à Educação Ambiental, como uma forma de demarcar o campo. Analisando o currículo lattes do pesquisador, observa-se que ele tem aproximadamente 140 artigos publicados em revistas e 30 livros, centrando as abordagens na Educação Ambiental Crítica, políticas públicas e assuntos correlacionados.

Com relação ao descritor “nível de ensino”, observa-se que quatro trabalhos estão voltados ao contexto da Pós-Graduação, estando presentes nos anos 2011, 2013, 2015 e 2017 e um outro trabalho destinado ao Ensino Fundamental I, sendo publicado no ano de 2017. Em se tratando do descritor “objeto/sujeito da pesquisa”, notou-se que os cinco trabalhos se destinam às especificidades de determinadas comunidades/grupos de pessoas.

A partir deste mapeamento, impera a necessidade de apresentar e discutir estes trabalhos, reconhecendo características, vivências e saberes que, por vezes, são restritos e imprescindíveis para um determinado grupo.

### **Discussões dos trabalhos**

Após analisar os cinco trabalhos mapeados, destacaram-se debates sobre o conceito de "Vivir Bien" em conexão com as Epistemologias do Sul, a Descolonização do Pensamento e discussões na perspectiva marxiana do trabalho. Essas abordagens foram agrupadas na categoria "Questões teóricas, metodológicas e epistemológicas: articulações entre a Educação Ambiental Crítica e os povos tradicionais", explorando as possíveis conexões entre essas abordagens, especialmente em relação aos povos tradicionais.

Além disso, observaram-se debates sobre conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras e aspectos relacionados ao modo de vida de comunidades caiçaras. Com base nessas observações, criou-se a categoria "Educação Ambiental Crítica e as comunidades tradicionais: questões emergentes", abordando fatos e experiências que enfatizam a necessidade de políticas públicas e movimentos coletivos para garantir os direitos desses grupos.

### **Questões teóricas, metodológicas e epistemológicas: articulações entre a Educação Ambiental Crítica e os povos tradicionais**

O trabalho de Camargo e Tonso (2011) propõe uma conexão entre a Educação Ambiental Crítica e o princípio dos povos originários andinos, o "Vivir Bien", presente na Constituição Boliviana desde 2009. Destacam elementos que fundamentam práticas educativas, revelando que a Educação Ambiental Crítica pode ser uma ferramenta para o desenvolvimento de novas relações sociais.

O "Vivir Bien" contrapõe-se ao modelo capitalista atual, no qual as preocupações centrais resultam em relações sociais capitalistas que colocam o ser humano como protagonista, descartando seus semelhantes e a natureza (Camargo; Tonso, 2011). Loureiro (2019) destaca que o capitalismo, além de buscar o capital, também promove ideais conservadores, tentando ampliá-los por meio do sistema educacional. Isso inclui sobrepor-se

aos saberes de povos tradicionais, ignorar diferentes crenças, desvalidar diversas conformações familiares e criar confusões deliberadas entre gênero e sexo biológico.

Nesse contexto, a Educação Ambiental atua como uma ruptura, desempenhando seu papel educacional para disseminar uma transformação social que desafia o diálogo mercantil (Loureiro, 2019). Isso implica que uma solução para a crise socioambiental pode ser encontrada ao utilizar recursos que escapam à dinâmica de mercado do capitalismo, como os princípios e saberes de populações historicamente oprimidas, que podem contribuir para um modelo de sociedade diferente.

Essa perspectiva está alinhada com os princípios da Educação Ambiental Crítica, especialmente quando busca valorizar diversos saberes e a vida em uma perspectiva plural, questionando a lógica hegemônica estabelecida (Silveira; Lorenzetti, 2021). Camargo e Tonso (2011) destacam que a Educação Ambiental Crítica, ao entrelaçar seus aspectos sociais e políticos, aborda preceitos e princípios do "Vivir Bien", principalmente por meio de processos educativos capazes de ensinar novos modos de vida e a convivência harmônica entre seres humanos e a natureza. Em resumo:

A Educação Ambiental Crítica pautada na educação popular freireana tem como setores sociais envolvidos, as populações oprimidas. Neste sentido, a EAC, a qual possui um caráter político por essência, pode incorporar os temas colocados pelo "Vivir Bien". O envolvimento entre ambos pode resultar no fortalecimento e difusão de suas lutas e tendo como pano de fundo os princípios e saberes resgatados através da retomada do "Vivir Bien" (Camargo; Tonso, 2011, p. 14).

Camargo e Tonso (2013), na sétima edição do EPEA, retomaram as discussões sobre a articulação entre Educação Ambiental Crítica e o "Vivir Bien", incorporando o referencial da Epistemologia do Sul. Reforçaram a importância de debater os saberes locais em busca de uma melhor qualidade de vida. A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica e discussão conceitual, buscando estabelecer novos elementos para aproximar a relação entre sociedade e ambiente.

As discussões indicam que a Epistemologia do Sul é valiosa, uma vez que o conhecimento deixado pelos colonizadores é considerado como absoluto, sobrepondo-se aos conhecimentos dos povos originários locais. A abordagem da Descolonização do Pensamento proposta pelos autores busca restituir aos povos originários o reconhecimento de seu povo e seus saberes (Camargo; Tonso, 2013). Contribuindo para essa questão, Andreoli e Torales-

Campos (2015) argumentam que a revitalização dos saberes de comunidades tradicionais e povos originários não apenas é crucial para a história, mas também representa um reconhecimento dessas comunidades que ainda estão presentes na sociedade.

A introdução desses saberes em abordagens educacionais resgata a noção de indivíduo pertencente a um coletivo, onde vivências e costumes podem sustentar a construção de um conhecimento que reafirma a identidade desses indivíduos dentro da sociedade. Em resumo:

Os saberes populares, renegados durante gerações quase até o ponto de sua extinção, necessitam ser resgatados e valorizados urgentemente. Para além da valorização dos diferentes saberes que os povos do campo carregam, a crise que hoje passamos reside também na própria construção do conhecimento científico (Andreoli; Torales-Campos, 2015, p. 1839).

Assim, pode-se dizer que a Epistemologia do Sul eleva o “Vivir Bien” a uma esfera em que os saberes ancestrais, sua história, idioma, cultura são potenciais para desenvolver relações socioambientais melhores que visam romper com o modelo econômico vigente.

Nesse contexto:

A Epistemologia do Sul, como forma de Descolonização do Pensamento, nos permite lançar luz ao “Vivir Bien” (Suma Qamaña) e reconhecer princípios e práticas sociais que podem auferir maior grau de sustentabilidade às relações sociedade e natureza através dos saberes ancestrais dos povos originários andinos, além da resistência política e cultural que estes representam (Camargo; Tonso, 2013, p. 14).

Em resumo, a Epistemologia do Sul e o "Vivir Bien" têm o potencial de aproximar a sociedade e o ambiente, promovendo ações conjuntas para o bem-estar coletivo. Essa abordagem reforça o compromisso social, formativo e interventivo, interligando-se com a proposta da Educação Ambiental Crítica. Como destaca Loureiro (2006), a Educação Ambiental Crítica deve permear as relações entre ser humano e natureza, visando enfrentar a crise socioambiental existente.

A pesquisa de Bloise e Loureiro (2015) aborda a perspectiva marxiana do trabalho, destacando a importância da produção e troca de conhecimento constante entre diferentes grupos sociais, especialmente no contexto do trabalho colaborativo. Ao considerar os agricultores de base camponesa como exemplo, os autores argumentam que a agricultura camponesa se caracteriza por respeitar os limites bióticos e estabelecer uma relação

equilibrada na troca metabólica entre natureza e sociedade (BLOISE; LOUREIRO, 2015, p. 9). Em essência, a agricultura camponesa incorpora cuidado com a natureza, aplicando valores e técnicas transmitidos de geração em geração. Em contrapartida:

A agricultura moderna, industrial e capitalista, praticada pelos complexos agroindustriais, através dos seus métodos de mecanização, separação entre agricultura e pecuária, concentração no consumo urbano e no monocultivo, rompe os equilíbrios metabólicos básicos ao não restituir nutrientes ao solo, sendo metabólica e ambientalmente insustentável. [...] A inclusão da sociabilidade camponesa é fator indispensável na compreensão da agroecologia camponesa. Diferentes sociedades afetam de formas diferentes e em graus distintos a natureza e os ecossistemas utilizados, em função das práticas de produção primária ou rural adotadas (Bloise; Loureiro, 2015, p. 9).

Em uma abordagem descritiva, Bloise e Loureiro (2015) identificaram que a agricultura de base camponesa tem uma dimensão educativa expressa na valorização da terra, no fortalecimento do núcleo familiar e na ampliação do conhecimento sobre a terra trabalhada. Essa prática reflete uma relação saudável com a terra, tanto no contexto social quanto econômico, pois o sustento do grupo deriva da terra. Nesse contexto, Altieri (2010) argumenta que a produção de alimentos deve permanecer sob os cuidados dos camponeses, contrapondo-se aos grandes conglomerados do mercado agrícola, redes de supermercados e empresas agroindustriais, que detêm o poder atualmente.

Questões como o êxodo rural, salários baixos e a pobreza podem ser revertidas se o controle do mercado sair das mãos desses conglomerados. Destaca-se a importância da luta de movimentos sociais rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se opõem ao ciclo contínuo de exportação de alimentos como solução para a fome global, uma vez que as populações dos países exportadores muitas vezes não têm acesso a estes. Altieri (2010) salienta que, se a causa fundamental da fome não for abordada, os problemas associados a ela persistirão e se agravarão ao longo do tempo.

A relação respeitosa entre os agricultores e a natureza é crucial para preservar o valor dos alimentos colhidos. Nesse sentido, relacionando-se com a Educação Ambiental Crítica, essas questões englobam discussões sobre a produção de alimentos, valor de mercado, hegemonia estabelecida, trabalho, saúde, políticas públicas, entre outras temáticas emergentes. Em geral, é fundamental questionar a origem dos alimentos, as condições de produção e quem são os produtores (Bloise; Loureiro, 2015). O ciclo metabólico entre

natureza e trabalho, destacado pelos autores, é exemplificado pelos camponeses que obtêm seu sustento da terra, atuando como agentes ecológico-sociais-ambientais responsáveis por integrar a natureza à sociedade, mesmo que sob sua própria abordagem, deixando de ser apenas unidades de produção para se tornarem unidades sociais, como estabelecem os autores:

O trabalho deles resgata o caráter agroecológico do orgânico, uma vez que utilizam práticas orgânicas no manejo do solo, praticam a reciclagem, a rotação de culturas, fazem o próprio composto utilizando esterco orgânico, trabalham com criação de animais, respeitam o equilíbrio de todo o ecossistema e trabalham com práticas originárias da sabedoria ancestral camponesa, incluindo a questão social, assim como a agroecologia. Nessas práticas agrícolas adotadas pelo grupo existe uma preocupação com a restituição dos nutrientes ao solo, que é característica da produção camponesa. As famílias são mais do que simples unidades de produção, são unidades sociais (Bloise; Loureiro, 2015, p. 9).

A partir desta apresentação e discussão dos trabalhos mapeados, observa-se que a Educação Ambiental Crítica apresenta articulações com questões teóricas, metodológicas e epistemológicas, principalmente quando se busca discutir o capitalismo, a lógica do trabalho, a luta pela valorização de saberes e, de um modo geral, a hegemonia que se perpetua na contemporaneidade. Isso traz consigo reflexões acerca das desigualdades sociais, da vida em sociedade e do reconhecimento de um pensar crítico sobre temas e assuntos emergentes, sobretudo, visando uma formação cidadã.

### **Educação Ambiental Crítica e as comunidades tradicionais: questões emergentes**

A pesquisa de Santos *et al.* (2017) aborda os conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras localizadas nos municípios de Santa Luzia do Itanhi, Estância e Indiaroba, em Sergipe, além de Conde e Jandaíra, na Bahia. Utilizando oficinas como método, a análise dos dados foi realizada por meio da Análise de Discurso (AD). Os resultados indicam que a Educação Ambiental Crítica busca promover a autonomia e o fortalecimento das comunidades, permitindo que, por meio da reflexão, elas estabeleçam estratégias para a defesa e uso sustentável dos recursos locais. Além disso, destaca-se o papel crucial da Educação Ambiental Crítica na gestão ambiental pública, contribuindo para a identificação de impactos e a análise de estratégias para mitigar esses problemas (Santos *et al.*, 2017). Nas palavras dos autores:

Durante os discursos, os participantes reconhecem e descrevem os atores que participam dos conflitos. Isso é importante dentro do processo emancipatório, uma vez que o conhecimento representa um passo crucial para a luta socioambiental. Quando eles citam o poder público, eles pedem para ser enxergados, para que os direitos sejam dados a quem os têm; para que o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, seja cumprido e, assim, tenham todos, o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, de uso comum do povo, com um Poder Público que defenda o meio ambiente para atuais e futuras gerações (BRASIL, 1988). No entanto, ao mesmo tempo em que reconhecem os direitos, enfatizam a necessidade de lutar (Santos *et al.*, 2017, p. 9).

Os estudos abordados pelos autores convergem com as ideias de Castro (1998), que enfatiza que a reivindicação e demarcação das terras representam uma luta dual: busca pela afirmação identitária e pelo reconhecimento legal do território ancestral. O território é fundamental para a representação da existência e conservação identitária dessas comunidades.

O trabalho de Souza e Loureiro (2017) analisa os impactos do modo de vida capitalista sobre uma comunidade caiçara na península de Juatinga, Paraty, Rio de Janeiro. A análise contextual aborda que, historicamente, essas comunidades eram expulsas violentamente de seus territórios. Atualmente, a expulsão assume formas mais sutis, por meio da negação de direitos e políticas públicas específicas para as localidades de interesse (Souza; Loureiro, 2017).

Nesse cenário, a educação formal desempenha um papel crucial, sendo necessária para a comunidade a partir de abordagens dialógicas e construtivistas, integrando conhecimentos sobre as dinâmicas das florestas, do mar e do artesanato, elementos fundamentais para a cultura local. Contudo, desafios contemporâneos, como a necessidade de certificados para manter benefícios sociais, podem levar as famílias a se deslocarem para áreas urbanas em busca de acesso à educação formal, enfraquecendo suas reivindicações territoriais (Souza; Loureiro, 2017):

O conhecimento torna-se um mecanismo de opressão de uma classe sobre a outra. E neste caso, o saber prático e tradicional da organização social caiçara torna-se secundário e é até mesmo desconsiderado, pois se priorizam os conhecimentos teóricos e técnicos hegemônicos, legitimados pela existência de um certificado de escolarização. Com isso, estabelece-se hierarquias entre os conhecimentos e os grupos sociais, ao mesmo tempo em que se constroem preconceitos. É possível identificar uma baixa autoestima dos indivíduos que se sentem inferiorizados e não se reconhecem como detentores de conhecimentos (Souza; Loureiro, 2017, p. 6).

De um modo geral, isso significa que a educação que deveria valorizar todo o conhecimento, acaba agindo como uma força segregadora, que vai dispersando a população local, inferiorizando sua cultura e seu estilo de vida em detrimento a um padrão de conhecimento e hábito de vida imposto pelo capitalismo. A partir disso, fica evidente a emergência de políticas públicas e debates envolvendo os povos tradicionais, sobretudo, nas questões que compreendem a valorização de saberes, qualidade de vida, saúde, educação, trabalho e bem-estar coletivo.

Essa problemática da desvalorização do conhecimento tradicional já foi preconizada por Castro (1998), ao afirmar que o conhecimento técnico-científico tende a desmerecer todo a informação adquirida pelos povos tradicionais, simplesmente por este tipo de aprendizagem não se enquadrar a um valor econômico.

## **Considerações finais**

Os conhecimentos locais, muitas vezes subestimados devido à hegemonia existente, contribuem para acentuar desigualdades sociais no Brasil e em outros países da América Latina. Esta realidade destaca a necessidade de debater tais questões à luz da Educação Ambiental Crítica para promover uma formação crítica dos atores sociais.

O objetivo deste estudo foi analisar elementos e concepções relacionados à Educação Ambiental Crítica e aos povos tradicionais nas atas do Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA) de 2001 a 2019. Embora haja poucos estudos, nota-se que aqueles que abordam a Educação Ambiental Crítica e os povos tradicionais são caracterizados por uma perspectiva crítica, refletindo sobre a exclusão de saberes e as pressões do capitalismo.

O "Vivir Bien" e o marxismo, juntamente de debates sobre conflitos socioambientais com povos caiçaras e comunidades pesqueiras, indicam uma preocupação com grupos frequentemente marginalizados. Outras articulações possíveis incluem a inserção de pensadores como Paulo Freire, Enrique Dussel e Dermeval Saviani, além da exploração de práticas pedagógicas como Círculos de Cultura, Temas Geradores, oficinas e debates sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e Alfabetização Científica e Tecnológica (ACT), bem como a criação de espaços de divulgação.

A resistência desses grupos sinaliza uma urgência nos debates para promover uma intervenção social. A Educação Ambiental Crítica, diferentemente da preservação do meio biofísico, desafia a ideologia capitalista, buscando reconectar o ser humano à natureza e promover uma tomada de decisão voltada à sociedade.

Os trabalhos apresentados ao EPEA entre 2001 e 2019 revelam uma preocupante regressão na educação brasileira, especialmente nos últimos anos, com a exclusão da Educação Ambiental dos currículos pedagógicos. A falta de políticas públicas impacta negativamente os princípios básicos da Educação Ambiental, destacando sua fragilidade, principalmente no contexto cultural.

Recomenda-se a realização de novas pesquisas, explorando diferentes bases de dados para entender não apenas o número, mas o conteúdo e contexto das pesquisas sobre Educação Ambiental e povos tradicionais. Este estudo evidenciou contribuições formativas, ressaltando a importância das abordagens pesquisadas para uma formação crítica e atuante no meio socioeducacional.

## Referências

ALTIERI, Miguel Angel. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 13, n. 16, p. 22–32, 2010.

ANDREOLI, Vanessa Marion; TORALES-CAMPOS, Marília Andrade. Os saberes tradicionais e o papel da escola: repensando a Educação Ambiental em Unidades de Conservação brasileiras. **Ambientalmente Sustentable – Revista científica galego-lusófona de educación ambiental**, v. 2, p. 1827-1840, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e actual. Lisboa: Edições 70, 2016.

BLOISE, Denise Martins; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. A dimensão educativa do trabalho em um grupo de agricultores familiares de base camponesa. *In*: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 8., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UNIRIO – UFRRJ - UFRJ, 2015. p. 1-12.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 5 fev. 2024.

CAMARGO, Thiago D'Agosta; TONSO, Sandro. Educação Ambiental Crítica e “vivir bien”

(suma qamaña). *In*: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto: USP, 2011. p. 1-16.

CAMARGO, Thiago D'Agosta; TONSO, Sandro. Educação Ambiental Crítica e epistemologias do sul: reflexões sobre o “vivir bien” (suma qamaña). *In*: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 7., 2013, Rio Claro. **Anais [...]**. Rio Claro: UNESP, 2013. p. 1-16.

CAMPOS, Barbara Fortes; BEVILAQUA, Patrícia Magalhães; SÁNCHEZ, Celso. Aprender com as resistências, insistir com as esperanças: de uma herança colonial à construção da utopia. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, n. esp., p. 412-433, 2020.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental na formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2017.

CASTRO, Edna Maria. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 1-16, 1998.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”. **Povos indígenas no Brasil**. Entrevista (2001/2005), p. 41-49, 2006.

CONAQ. **Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas**, 2022. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais/comunidades-quilombolas>.

DIAS, Genebaldo. Os quinze anos da educação ambiental no brasil: um depoimento. **Em Aberto**, Brasília, v. 10, n. 49, p. 3-14, mar. 1991.

ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EPEA). **Apresentação**. Disponível em: <http://www.epea.tmp.br/#apresentacao>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 79, p. 257–272, 2002.

FRIZZO, Taís Cristine Ernst; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 115-127, 2018.

HASSAAN, Mohamed; EL NEMR, Ahmed. Pesticides pollution: Classifications, human health impact, extraction and treatment techniques. **The Egyptian Journal of Aquatic Research**, v. 46, n. 3, p. 207–220, 2020.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Questões ontológicas e metodológicas da educação ambiental crítica no capitalismo contemporâneo. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, Rio Grande, v. 36, n. 1, p. 79 - 95, jan./ abr. 2019.

RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; GUIMARÃES, Mauro. Algumas contribuições marxistas à Educação Ambiental (EA) crítico-transformadora. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 20, n. 44, p. 501-518, 2012.

SANTOS, Mariane Nardi; CUNHA, Helenilza Ferreira Albuquerque; LIRA-GUEDES, Ana Cláudia; GOMES, Suellen Cristina Pantoja; GUEDES, Marcelino Carneiro. Saberes tradicionais em uma unidade de conservação localizada em ambiente periurbano de várzea: etnobiologia da andirobeira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 9, n. 1, p. 93–108, 2014.

SANTOS, Sindiany Suelen Caduda dos; SOUZA, Alessandra Magda dos Santos; SILVA, Maria do Socorro Ferreira da; SILVA, Heberly Ruan da Conceição; SANTOS, Cyntia Sena; ALMEIDA, Chirle Daniele da Corôa; SANTOS, Leandro Sacramento; SANTANA, Franciele dos Santos; SANTOS, Genésio José dos; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental crítica e conflitos socioambientais na área de abrangência do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras, Sergipe/Bahia. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 9., 2017, Juiz de Fora. **Anais**. Juiz de Fora: UFJF, 2017.

SILVEIRA, Dieison Prestes da; LORENZETTI, Leonir. A Educação Ambiental Crítica como meio de intervenção social. **Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Cruz Alta, v. 9, n. 1, p. 332-339, 2021.

VIEIRA, Solange Reiguel; TORALES-CAMPOS, Marília Andrade Torales. Contribuições do debate sobre avaliação de políticas públicas para o campo da Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 248-259, 2021.

*Submetido em: 14-06-2024*

*Publicado em: 17-04-2025*